

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 26/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2019

(Contém 9 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 26/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2019**

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceram à reunião os Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Fernando Jorge Ventura Moniz.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 13 de dezembro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou as faltas dos Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Fernando Jorge Ventura Moniz., de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**PROJETO “BIBLIOTECA NA RUA”:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que deixou de ver no portal da Câmara Municipal de Lagoa a informação referente à biblioteca móvel, instalada num veículo adaptado, no âmbito do projeto “Biblioteca na Rua”, e questionou se este serviço deixou de existir.

A Senhora Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira, responsável pela área de Educação e Cultura.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que a trabalhadora afeta àquele serviço ficou colocada noutro serviço, tendo cessado o contrato com a Câmara Municipal, pelo que neste momento o serviço está suspenso. Mais informou que já estão a proceder à seleção de uma nova trabalhadora para assegurar aquele trabalho e no início do ano dar-se-á continuidade ao projeto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se é um serviço com proveito.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que há registos de pedidos de livros nas cinco Freguesias do Concelho, onde a biblioteca móvel percorre ao longo dos cinco dias úteis da semana, para além dos pedidos das escolas. Mais informou que numa próxima reunião apresentará os dados estatísticos relativos ao projeto.

A Câmara tomou conhecimento.

AQUISIÇÃO DE AUTOCARROS ELÉTRICOS:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que foi referido na notícia “Câmara Municipal de Lagoa recebeu IX Encontro com a Eficiência Energética – Transportes Públicos” que o município pretende criar um circuito municipal de transportes públicos de passageiros - necessariamente elétricos, e questionou qual o ponto de situação sobre este assunto, pois



tinham dito que a Câmara Municipal tinha de apresentar a candidatura para a aquisição de autocarros elétricos até ao final deste ano.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, responsável por este projeto.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que no referido encontro a Diretora Regional da Energia anunciou que o período para apresentação de candidatura será alargado e por parte do Governo Regional estão a ser reformulados os requisitos de elegibilidade de forma a permitir que as Câmaras Municipais possam apresentar diretamente as suas candidaturas, pelo que neste momento estão a aguardar essas alterações.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- EBI de Água de Pau recebeu ação de sensibilização para os direitos das crianças;
- Projeto “Roteiro de Geocaches na Rota da Água-Lagoa”;
- Jardim do Convento de Santo António recebeu Feira Solidária de Natal 2019 pela segunda vez;
- Lagoa recebeu passeio natalício de jipes do Clube TT Trilhos Micaelenses;
- Cristina Calisto recebeu crianças da Escola Tavares Canário;
- Câmara Municipal recebeu IX Encontro com a Eficiência Energética – Transportes Públicos;
- 360 Cabazes de Natal distribuídos aos portadores do Cartão “Lagoa + Saúde”.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:



PONTO N.º 2 – PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PARA EXPLORAÇÃO DE QUIOSQUE DA BAIXA D'AREIA – ÁGUA DE PAU:

Foi presente a proposta de revogação de contrato de adjudicação do procedimento para exploração de quiosque da Baixa d'Areia, em Água de Pau, na sequência da carta apresentada pela 2.ª Contraente, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A Autarquia de Lagoa é proprietária do Quiosque sito à Quiosque da Baixa D'Areia, sito em Caloura, Água de Pau.

Por forma a dinamizar aquela zona, complementar a sua função de lazer e contemplação e prestar à população em geral a possibilidade de adquirir e consumir no local alguns bens alimentares, a Autarquia lançou um procedimento concursal para exploração, temporária, do referido Quiosque.

Após a finalização do respetivo procedimento concursal, foi adjudicado às 2ª Contraente, o direito de exploração do Quiosque da Baixa D'Areia, sito em Caloura, Água de Pau, pelo período de 4 anos.

Consequentemente, em 02/02/2018, foi celebrado o respetivo contrato de Exploração.

Sucede, porém, que, entretanto – em consequência de decoradas e instabilidade dos seus taludes, por razões de segurança e como é público e notório -, a praia de Baixa D'Areia e toda a zona envolvente foi encerrada/interdita à população, por tempo indeterminado.

Neste sentido, é naturalmente compreensível que tal provocou, direta e imediatamente, uma forte quebra na procura daquele espaço e, por consequência, resultou numa drástica redução da clientela do Quiosque, com inerentes perdas de receitas. Logo, é evidente que se torne inviável a sua exploração nestes moldes inicialmente previstos e contratualizados, nomeadamente com a obrigação do pagamento de uma renda mensal.

Termos em que ocorreu uma evidente alteração das circunstâncias subjacentes à celebração do referido contrato, com naturais prejuízos para a 2.ª Contraente enquanto exploradora do referido Quiosque.

É nesta sequência de acontecimentos, que a 2.ª Contraente veio requerer a revogação do contrato.

Razão pela qual se propõe a aceitação da requerida revogação que, em consequência, é formalizada nos termos do contrato infra, com a seguinte cláusula única.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou o que é que a Câmara Municipal pretende fazer para aquele espaço, no futuro.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, que tem acompanhado este processo.



O Senhor Vereador Nelson Santos informou que este assunto está a ser estudado e será elaborado um novo procedimento, mas possivelmente com um valor de renda mais baixo. O horário poderá também ser revisto, será exigido a abertura com o horário completo no período de verão e no restante período o horário ficará à consideração de quem vier a explorar o espaço. Mais referiu que o novo procedimento será ajustado à situação existente no local.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a revogação de contrato de adjudicação do procedimento para exploração de quiosque da Baixa d'Areia, em Água de Pau, nos termos da proposta apresentada.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:

PONTO N.º 3 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 23 de dezembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 598.130,90 € (quinhentos e noventa e oito mil cento e trinta euros e noventa cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 4 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, CANADA DA MANGANA, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Armanda Maria Pacheco Santo Cristo e Ana Paula Pacheco Santo Cristo, solteiras, residentes na Rua da Arquinha n.º 67, freguesia de São Sebastião, Concelho de Ponta Delgada, na qualidade de futuras proprietárias, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio rústico, sito à Canada da Mangana, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 507/19870113, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 12, secção L.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:



Os requerentes requerem parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à aquisição em regime de compropriedade, de um prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 12, secção L da freguesia de Rosário.

De referir que da celebração da escritura de compra conjunta do aludido prédio não resulta parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

PONTO N.º 5 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, TERRAS DE DENTRO, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Manuel de Medeiros Isidório e Teresa Fragoso de Medeiros Rocha, casados, residentes em 72, 84e Avenue Ouest, Blainville, Quebec, J7C 3 G5, Canadá, neste ato representado por procuração por Mário José Rocha Miguel, residente na Rua D. Luísa Machado Faria Maia n.º 52 A, freguesia do Cabouco, Concelho Lagoa - Açores, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade de ½ para cada, do prédio rústico, sito a Terras de Dentro, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 3912/20191127, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 90, secção F.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

O requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à aquisição, em regime de compropriedade, de um prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 90 e secção F da freguesia do Rosário.

À que referir do pedido de compropriedade do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”



A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

PONTO N.º 6 – CADUCIDADE DE ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OBRAS, RUA PADRE AGOSTINHO INÁCIO MACHADO N.º 15, FREGUESIA DE SANTA CRUZ:

Foi presente à Câmara Municipal o processo de obras n.º 47/2017, de Maurício Caetano de Melo, com residência na Rua Dr. João Francisco de Sousa n.º 41, freguesia de São José, Concelho de Ponta Delgada, referente ao licenciamento para a obra de reconstrução de habitação, sito na Rua Padre Agostinho Inácio Machado n.º 15, freguesia de Santa Cruz, acompanhado de informação dos Serviços administrativos que o processo caducou e após audiência do interessado, o requerente nada apresentou, pelo que, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, deverá a Câmara Municipal declarar a caducidade do referido processo.

A Câmara deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo de obras n.º 47/2017, referente ao licenciamento para a obra de reconstrução de habitação, sito na Rua Padre Agostinho Inácio Machado n.º 15, freguesia de Santa Cruz, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação e arquivar o mesmo.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:20 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.



E eu  , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO